



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO N°: 333/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 09/04/2013 (69ª SESSÃO ORDINÁRIA)

PROCESSO DE RECURSO N°: 1/3573/2009 AI N° 2/200908110

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

RECORRIDO: COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA

CONS.RELATOR: EDILSON IZAIAS DE JESUS JUNIOR

EMENTA: ICMS - MERCADORIA ACOMPANHADA DE NOTA FISCAL INIDÔNEA. DOCUMENTO FISCAL CONTENDO INFORMAÇÕES INEXATAS. AUTUAÇÃO AFIRMANDO A IMPOSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO CONFERIDA PELO CONVÊNIO ICMS 100/97. IMPROCEDÊNCIA DECLARADA EM 1ª INSTÂNCIA. CONFIRMAÇÃO DA POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DA REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. DECISÃO PELA IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO. UNANIMIDADE.

1. Autuação baseada na inidoneidade de documentação fiscal que acobertaria a operação de remessa interestadual de mercadoria sob a alegação que haveria a indevida redução da base de cálculo pois não haveria a etiqueta do importador na mercadoria.

2. Alegação da defesa pela improcedência do respectivo Auto de Infração, haja vista que a mercadoria não é importada e como tal não poderia ter etiqueta do importador, devendo ser aplicado o convênio ICMS 100/97 ao mesmo.

3. Decisão em primeira instância que atesta a improcedência da ação fiscal já que a mercadoria se encaixa perfeitamente ao inciso I da cláusula primeira do Convênio 100/97.

4. Decisão Colegiada da 1ª Câmara, por unanimidade, pela confirmação da decisão aforada em primeira instância no sentido de dar pela IMPROCEDÊNCIA do feito fiscal.

**UNANIMIDADE DE VOTOS. RECURSO OFICIAL CONHECIDO.
DANDO PELO IMPROVIMENTO. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO DE
1º GRAU. IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO.**

RELATÓRIO:

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: " Remeter mercadoria com documento fiscal inidôneo. A empresa autuada emitiu a nota fiscal 426 e reduziu a base de cálculo do ICMS invocando o convênio ICMS 100/97, entretanto, após a análise da mercadoria ficou constatado que a autuada não faz jus a redução tendo em vista que a mercadoria não apresenta etiqueta do importador, nem registro do produto. Maiores detalhes vide informações complementares."

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, inciso III, alínea "a" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

A sociedade empresária efetuou a sua defesa em fls. 18 afirmando que o produto não é importado e que é simples revendedora de produtos veterinários (produto fabricado por DES-FAR Laboratórios Ltda), tendo inclusive registro no MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento) sob o número 2.576/86 com licença válida até o ano de 2016, tendo, portanto, direito à aplicação do convênio ICMS 100/97.

Através do Julgamento n.º 2024/12, o ilustre Julgador Francian Martins de Souza denota os seguintes pontos:

- ✓ Dessa forma, com base no mencionado Convênio acima, verificamos que a nota fiscal n.º 426, objeto da autuação, se trata de uma operação interestadual de produto (medicamento) relacionado no inciso I da Cláusula Primeira, fazendo jus à redução da base de cálculo de 60%, conforme destacada na referida nota fiscal.
- ✓ Portanto, entendo que quando se tratar de uma operação interestadual, cujo produto esteja contemplado no Convênio 100/97 o contribuinte tem direito à redução da Base de

Cálculo prevista na Cláusula Primeira do referido Convênio, combinado com o art. 51 do Decreto 24.569/97.

Houve recurso de ofício.

A Consultoria Tributária deste órgão julgador ao promover a análise dos autos confirma o entendimento exarado pela decisão de 1ª instância, ao passo que a Douta Procuradoria Geral do Estado através de seu representante Matheus Viana Neto, adotou o parecer pelos seus próprios fundamentos.

Eis, o relatório.

VOTO:

A ação fiscal em tela teve como objeto a acusação de movimentação jurídica acobertada com documento fiscal inidôneo, com penalidade prevista no art. 123, III, "a" da Lei 12.670/96 vejamos.

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

III - - relativamente à documentação e à escrituração:

a) entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, prestar ou utilizar serviços sem documentação fiscal ou sendo esta inidônea: multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação;

Ocorre que para o caso, há a possibilidade, patente de aplicação da Convênio ICMS 100/97, vejamos a sua redação.

Cláusula primeira Fica reduzida em 60% (sessenta por cento) a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos seguintes produtos:

I - inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas; desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa;

Desse modo, vemos que, após a simples análise da nota fiscal denotamos que a mesma trata de operação interestadual e não de importação como afirma o agente fiscal autuante, de modo que a aplicação do Convênio ICMS 100/97 é notório, retirando a fundamentação do auto de infração ora sob análise.

Isto posto, **VOTO** no sentido de:

Que se conheça do Recurso de Ofício, NEGAR-LHE PROVIMENTO para que, seja confirmada a decisão prolatada em primeira instância no sentido de JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO FISCAL, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária adotado pela Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E RECORRIDO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. RESOLVEM**, os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, sob a presidência da Dra. Francisca Marta de Sousa, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Pedro Eleutério de Albuquerque.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos **15** de **05** de 2013.

Francisca Marta de Sousa
PRESIDENTE

Matheus Viana Neto
Procurador do Estado

CONSELHEIROS(AS):

EDILSON IZAIAS DE JESUS JUNIOR
CONSELHEIRO RELATOR

SANDRA ARRAES ROCHA
CONSELHEIRA

MANOEL MARCELO AUGUSTO MARQUES NETO
CONSELHEIRO

VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE
CONSELHEIRO

ANA MONICA FILGUEIRAS MENESCAL
CONSELHEIRO

JOSÉ GONÇALVES FEITOSA
CONSELHEIRO

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA
CONSELHEIRO

PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE
CONSELHEIRO